

THE ROLE OF THE SCHOOL AND THE TEACHER IN THE FORMATION OF READERS

AUTORES:

CLAUNETE DE SOUZA SILVA[1]

JUCIVAL RAMOS SILVA[2]

MARIZA LOIOLA RAMOS[3]

[1] Mestranda em Ciências da Educação

[2] Licenciatura em História

[3] Licenciatura em Pedagogia

RESUMO:

A leitura e a escrita são habilidades fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes do ensino fundamental. Durante essa fase da vida escolar, os alunos estão em uma fase de aprendizado intenso e é importante que sejam incentivados a ler e escrever desde cedo. A leitura é uma atividade que contribui para o desenvolvimento da imaginação, criatividade e expansão da espiritualidade. Quando os alunos aprendem a ler, conseguem ter acesso a novos conhecimentos e informações, além de desenvolver a capacidade de compreensão. Além de ensinar a ler e escrever, o ensino fundamental também deve desenvolver a

compreensão de leitura e a habilidade de escrever textos com clareza e coerência. Os alunos precisam aprender a interpretar o que leem, identificar as ideias principais e fazer inferências. Na escrita, é importante que aprendam a estruturar um texto de maneira lógica, utilizando parágrafos, pontuação e conectivos adequados. Assim, A leitura e a escrita são habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas no ensino fundamental. Essas habilidades são a base para o aprendizado de outras disciplinas e para a comunicação em geral, e são fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

Palavras-chave: ler; escrever; desafios.

ABSTRACT:

Reading and writing are fundamental skills for the academic and personal development of elementary school students. During this phase of school life, students are in an intense learning phase and it is important that they are encouraged to read and write from an early age. Reading is an activity that contributes to the development of imagination, creativity and expansion of spirituality. When students learn to read, they gain access to new knowledge and information, as well as developing comprehension skills. In addition to teaching reading and writing, primary education should also develop reading comprehension and the ability to write texts with clarity and coherence. Students need to learn to interpret what they read, identify main ideas, and make inferences. In writing, it is important that they learn to structure a text in a logical way, using appropriate paragraphs, punctuation and connectors. Thus, reading and writing are essential skills that must be developed in elementary school. These skills are the foundation for learning other subjects and for communication in general, and are critical to students' academic and personal success.

Keywords: Read; to write; challenges.

1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita são habilidades fundamentais que devem ser desenvolvidas nos

primeiros anos do ensino fundamental. Entretanto, é comum que os alunos encontrem diversos desafios nesse processo, que podem afetar seu desempenho acadêmico e sua autoestima. Neste texto, vamos falar sobre alguns dos principais desafios da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

Um dos maiores desafios da leitura é a decodificação das palavras. Para compreender um texto, é necessário identificar as palavras e seus significados, e isso pode ser difícil para quem está começando a ler. Além disso, é comum que as crianças troquem letras ou tenham dificuldade em diferenciar letras semelhantes, como o “b” e o “d”.

Outro desafio de leitura é a compreensão do texto. Muitas vezes, as crianças conseguem decodificar as palavras, mas têm dificuldade em entender o que estão lendo. Isso pode ser causado por problemas de acompanhamento, falta de conhecimento sobre o assunto exatamente no texto ou falta de prática na leitura.

Na escrita, um dos maiores desafios é a ortografia. As crianças precisam aprender a escrever corretamente as palavras, o que envolve o conhecimento das regras de acentuação, pontuação e grafia. É comum que os alunos cometam erros de ortografia, o que pode afetar a compreensão do texto e a avaliação do professor.

Outro desafio da escrita é a organização das ideias. É preciso aprender a estruturar um texto de forma clara e coesa, o que pode ser difícil para quem está começando a escrever. As crianças também precisam aprender a seguir as normas de escrita, como o uso correto de casos e inesperados, ou o uso de parágrafos e a avaliação adequada.

Além desses desafios específicos de leitura e escrita, é importante destacar que cada criança tem um ritmo próprio de aprendizado. Alguns podem aprender mais rapidamente, enquanto outros precisam de mais tempo e apoio dos professores e da família. É fundamental que os professores estejam atentos às necessidades de cada aluno e acelerem as atividades adequadas ao seu nível de desenvolvimento.

Desta forma, a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental podem apresentar diversos desafios para as crianças, desde a decodificação das palavras até a organização das ideias. É importante que os professores estejam preparados para ajudar os alunos a superar esses desafios, oferecendo atividades adequadas ao seu nível de desenvolvimento e dando feedback construtivo para que possam melhorar cada vez mais. A leitura e a escrita são habilidades fundamentais para o

sucesso acadêmico e pessoal das crianças, e é importante investir nelas desde cedo.

2 A LEITURA E A ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ler é um ato que gera conhecimento. Entretanto, esse ato de ler deve ser influenciado desde os primeiros anos da infância por meio de estímulos, pois se trata de uma fase crucial para o desenvolvimento de interesse no mundo da leitura. É por meio da leitura que o indivíduo aprende, ensina e conhece outras experiências, como culturas, línguas, identidades sociais. Seu aspecto mais marcante é a possibilidade de aprender na imaginação, aspecto este bastante presente na infância (BAMBERGER, 2008).

A leitura deve ser estimulada na infância para que prospere até a vida adulta, constituindo-se como um hábito. Nesse sentido, as instituições que englobam tais crianças em seu processo educativo têm como dever a estimulação de práticas regulares de leitura, ampliando as possibilidades do futuro.

O trabalho realizado para estimular a leitura por parte das crianças possui, como um dos resultados, a formação de leitores ou escritores qualificados. Além disso, objetiva formar pessoas que leiam e compreendam a mensagem transmitida, de maneira que a transmissão desse aprendizado seja fluida, com sentido e correta interpretação, bem como compreender a história sabendo que existem diversos sentidos e visões para serem atribuídos, considerando a imaginação, a criação e a reinvenção.

Entretanto, o que é necessário para se formar sujeitos que se tornem leitores ativos e adquiram conhecimentos? Não existe um caminho correto a se seguir, mas existem possibilidades a serem seguidas, sendo a prática de leitura na infância uma delas. Tal fato poderá ocorrer caso exista também o apoio da família, juntamente com a escola, sendo tais fatores essenciais para o sucesso intelectual do sujeito.

A infância é marcada pelo processo de descoberta do novo por meio da interação

com o mundo, estando a leitura nesse contexto. Inicialmente, o foco da aprendizagem está direcionado à aprendizagem das vogais, depois das consoantes, por meio de interações lúdicas de ensino.

Logo após surgem as primeiras palavras oralizadas pela criança e o início da leitura de pequenos textos, prática fundamental. No entanto, mesmo que se pense a leitura na infância, existe uma prática de igual teor de importância, a saber, a contação de histórias, pois é a partir da mãe, pai ou principal cuidador que a criança terá seu primeiro contato com a leitura. Oliveira e Queiroz (2009, p. 48) escrevem sobre a importância das histórias na infância.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão de mundo. [...] É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve. [...]

A prática de leitura nessa fase do desenvolvimento está diretamente relacionada com o despertar da criança para a aprendizagem. É primordial que as crianças tenham contato com os clássicos da literatura infantil, como, por exemplo, os contos de fadas, que trabalham a imaginação desse público, bem como a criatividade. Tais fatores, se devidamente integrados, irão formar sujeitos habituados à leitura, sem dificuldades ao interpretar textos complexos, possuirão habilidades de comunicação oral, além de uma escrita adequada.

A escola é uma aliada no processo de desenvolvimento infantil. É a partir do convívio escolar que as crianças podem evidenciar suas capacidades de compreender e interpretar advindas a partir da leitura. É um ambiente propício para a troca de experiência entre alunos e professores, produzindo o desenvolvimento individual por meio de práticas coletivas.

No entanto, a escola só se torna uma ferramenta de desenvolvimento a partir do momento em que utiliza diversos recursos pedagógicos para a educação infantil. O ambiente escolar é um espaço de alto privilégio, quando munido de recursos para leitura, sendo primordial para a formação de leitores. Esse reconhecimento, que deve partir da sociedade diante da escola, deve ser retribuído por meio do compromisso dos gestores com a leitura. Torna-se necessário o estabelecimento de deveres a serem cumpridos, com vistas à educação de qualidade.

De acordo com Delmanto (2009, p. 51):

A escola pode ser entendida como uma instituição sociocultural, organizada e pautada por valores, concepções e expectativas, em que seus membros são vistos como sujeitos históricos, culturais, que relacionam suas ideias, acordando ou contrapondo-se aos demais. E talvez, devido a estas discordâncias e consensos, a humanidade realize descobertas e evolua.

Infelizmente, o atual cenário da educação brasileira mostra-se com bastantes problemas para sua efetivação com qualidade e equidade. Informações sobre a educação do Brasil são amplamente divulgadas em periódicos, jornais e revistas, apontando que os índices de leitura estão desfavoráveis. A biblioteca escolar surge como uma importante ferramenta da comunidade escolar para o fomento da leitura entre os educandos, merecendo importante destaque, pois trata-se de um item obrigatório no contexto escolar para desenvolvimento de atividades e pesquisas.

O processo de leitura muitas vezes tem seu início em casa, com o estímulo dos pais por meio dos seus próprios hábitos de leitura. No entanto, quando não se possuem tais práticas no contexto social familiar, é na escola que esse contato com o mundo da leitura deverá ocorrer, na pré-escola, anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental.

Kriegl (2012) afirma que, para o aluno desenvolver a leitura, torna-se imprescindível sua alfabetização, processo este que é desenvolvido por meio de trabalho conjunto entre escola e cuidadores da criança, cabendo a eles o incentivo, motivação ao

hábito de ler, demonstrar que tal hábito é benéfico. Segundo o Parâmetro Curricular Nacional – PCN (2001, p. 43): “[...] “Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente”.

É na escola que a criança inicia seu processo de alfabetização, por meio da inserção de letras em seu vocabulário, além de iniciar o fomento à leitura por meio de tais práticas. A escola é um momento da formação do leitor, pois, antes mesmo de ingressar numa leitura formal, a criança pode ter contato com a leitura por meio do manuseio de livros e textos, como, por exemplo, interpretando figuras.

Bamberger (2008, p. 24) compreende que, na idade pré-escolar ou nos primeiros anos da educação infantil, contar histórias e conversar sobre livros de figuras com as crianças é de significativa importância para o desenvolvimento do vocabulário, bem como incentivo à leitura. O ensino da leitura por meio da formalidade escolar é essencial na formação de indivíduos aptos para enfrentar o seu contexto social.

No contexto escolar, o aluno toma posse do hábito de ler por meio do processo de contação de histórias que o envolveu inicialmente, tendo como mediador a figura do professor, fundamental nesse processo de desenvolvimento. De acordo com Schmidt (2008), é neste contexto que ocorre o reconhecimento da ação pedagógica do professor, este sendo visto como um agente que promove a criação de ambientes propícios para a revitalização do desejo de ler.

O objetivo do ensino formal pertencente ao contexto escolar é compreendido como necessário para organização dos pensamentos e compreensão do processo de escrita.

Freire (1989) escreve que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, “daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. Nesse sentido, percebe-se a relevância da leitura para a percepção da própria vida, na continuidade do desenvolvimento humano e compreensão do mundo, além de ser relevante para o processo de comunicação.

Algumas considerações são pertinentes em relação ao processo de leitura. Nesse contexto, evidencia-se a importância da leitura para a vida, considerando seus avanços no futuro. Nesse sentido, percebe-se que a situação de leitura que mais motiva também é a mais real, ou seja, aquelas em que a criança utiliza a sua

imaginação para libertar-se, para evoluir seu processo de compreensão e interpretação do que é escrito (SOARES, 2004).

Dentro dos parâmetros que regem a prática do professor, a responsabilidade social está inserida, sendo o professor um agente de motivação para a promoção de condições adequadas para o aluno conhecer e aprender em nível individual e coletivo. Nesse sentido, ao professor é atribuída a condução do aluno ao hábito de leitura, isto é, ler por prazer. Com base nisso, o professor necessita desenvolver ferramentas facilitadoras da aprendizagem, para que os alunos não só consigam compreender os textos, mas que também seja compreendida a ideia do texto (SOARES, 2004).

É importante que exista um convívio com a realidade para conseguir atribuir significado do quão é imprescindível a prática da leitura, pois ela é algo que está presente na rotina de cada pessoa. Por meio do ato de ler, obtêm-se formas para contestar o que é imposto pela classe social dominante, na qual os indivíduos que são subjugados estão presos diante de tamanha brutalidade intelectual, pois, para a classe dominante, é conveniente que eles continuem dessa forma. Todavia, o exercício da leitura no dia a dia torna-se uma das armas que o indivíduo possui para combater as injustiças que ele sofre. Portanto, essa é uma importância que a leitura possui.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (BRASIL, 2001), esse trabalho com a leitura possui como objetivo a construção de pessoas com a leitura mais eficaz e, deste modo, consegue-se formar escritores habilidosos, pois a produção de textos eficientes possui seu início a partir do exercício da leitura, que é um momento de formação da intertextualidade e fonte de referências modalizadoras. O ato de ler oferece bases para a escrita, já o que escrever para a outra pessoa ajuda na formação de modelos de como escrever.

Para Silva (2007), durante a leitura, o leitor desempenha um trabalho ativo de formação de significado do texto, por meio do que objetiva e do que conhece sobre a temática, autor e o que sabe sobre a linguagem: sistema de escrita, características do gênero e, dentre outros. Esse processo não é somente a retirada de informações do que está escrito, decifrando cada letra ou palavra; a leitura é uma prática que demanda o entendimento dos sentidos que são construídos antes mesmo da leitura.

Cagliari (2009) pontua que a leitura engloba uma gama de outros recursos, como,

por exemplo, a antecipação, a seleção, interferência e a verificação, e, sem estes recursos, não seria possível uma leitura rápida e competente. A utilização desses métodos possibilita o controle do que está sendo lido, além de tomar decisão perante as dificuldades de assimilação encontradas quando o indivíduo se encontra frente ao desconhecido, além de ajudar na busca em textos das comprovações das suposições criadas.

O leitor hábil é o indivíduo que, por meio de sua iniciativa, tem a capacidade de elencar, nos trechos que percorrem a sociedade, os que poderão responder à sua necessidade, que consiga também ler o que não está escrito, detectando o que está implícito e possa relacionar textos que está lendo com outros que já foram lidos anteriormente.

Dentro do contexto escolar, a leitura tem sido um instrumento de ensino. Para que ela consiga representar como um meio de aprendizagem, é preciso que ela tenha um sentido para o estudante. Caso a escola possua o objetivo de transformar a leitura em um instrumento de aprendizagem, será preciso conservar a sua essência e a sua complexidade, sem tirar suas características. É necessário que haja uma organização no trabalho educacional para que se consiga atingir o objetivo de desenvolver cidadãos que possuam a capacidade para entender diversos textos com os quais se deparam (SCHMIDT, 2008).

Portanto, é fundamental que sejam ofertados diversos textos, textos do mundo, pois não se consegue construir bons leitores quando são disponibilizados aos alunos somente livros didáticos e quando a leitura é solicitada apenas em sala de aula. Tendo isso em vista, mesmo que seja possível ensinar a ler sem a presença de uma diversidade textual, não seria possível que os indivíduos se transformassem em leitores habilidosos sem a sua presença.

2.1 DESAFIOS NO PROCESSO DA LEITURA E ESCRITA: O papel da escola na formação de leitores críticos.

No decorrer dos anos, diversos foram os papéis atribuídos ao professor, como, por exemplo, protetor da criança, sujeito dono do saber, que configuravam a natureza

do trabalho docente, que possuem relação com diversas concepções pedagógicas.

No entanto, existem educadores que questionam o real papel dos profissionais docentes na atividade educativa. Alguns docentes possuem como atribuição facilitar o desenvolvimento da aprendizagem; outros afirmam que professores são responsáveis pela transmissão da cultura e do conhecimento, mas sua função primordial é garantir que o aluno tenha acesso ao conhecimento, considerando que este é o processo inicial para a criatividade. O ser humano, para se tornar criativo, necessita de conhecimentos acerca de diversos assuntos adquiridos durante seu desenvolvimento.

Uma educação formal tem como objetivo ensinar além do senso comum, proporcionar ao aluno uma aprendizagem de conhecimentos específicos, mas também básicos, com foco na compreensão da realidade que o envolve.

Para que o professor desenvolva suas atividades de ensino, é necessário ter domínio da metodologia e estratégias de ensino, elementos essenciais para o desenvolvimento do seu trabalho, focado em sua organização, bem como em sua tarefa educativa. Todo o processo de ensino deve ser planejado e organizado para a sua aplicação.

Um educador comprometido com sua profissão necessita, para além disso, de compromisso político com o desenvolvimento do seu trabalho. Nesse sentido, deve compreender a sociedade à qual pertence, com foco nas ações a serem incrementadas, domínio do campo científico e desempenho adequado à sua atividade.

O aluno em situação de repetência ou fracasso escolar possui algumas dificuldades a nível psicológico e físico, com sentimentos de incapacidade perante os demais colegas de classe. É importante que o professor fique atento a esta realidade, de maneira a promover o ensino com equidade, reintegrando os alunos com dificuldades de aprendizagem aos demais. Para além disso, todas as problemáticas escolares devem ser diagnosticadas e prevenidas a partir de dois agentes sociais desse contexto, a saber, professor e aluno. Torna-se imprescindível perceber os pontos de dificuldades, para que toda a comunidade escolar trabalhe na minimização de tais problemas, com foco no sucesso escolar.

Para o processo de aprendizagem, a motivação é necessária. A motivação pode ser classificada em interna (intrínseca), compreendida como a necessidade do indivíduo

em buscar e superar desafios. Um fator importante para reforçar tal motivação é o feedback, comumente utilizado para retornar ao indivíduo pontos negativos e positivos da sua atuação, que repercute no conceito de competência que o próprio indivíduo tem sobre si mesmo, bem como suas habilidades.

Outro tipo de motivação compreende fatores externos de estímulo (extrínseco), que surgem de fora da pessoa para movimentá-la em direção aos seus objetivos, como incentivos, elogios, pagamentos, reforços. No entanto, a motivação intrínseca torna-se a mais empregada pelos indivíduos em detrimento da extrínseca.

Aplicando tais conceitos ao contexto escolar, percebe-se que motivar os comportamentos dos educandos requer tempo e estratégia específica, somados ao uso de mediação cognitiva. Ou seja, compreende o ensino de estratégias internas de motivação para o desenvolvimento do autocontrole. O professor tem como objetivo estimular ao máximo os alunos a sentir a satisfação de poder fazer as coisas, cumprir seus desejos, ajudar os outros, porque ele estará assegurando o sucesso dos alunos.

Com base nas ideias de Amato e Garcia (2008, p. 32),

A variação de metodologia possivelmente é mais crucial para os alunos que têm dificuldade em acompanhar o ritmo das aulas e que requerem um atendimento mais personalizado e maior flexibilidade. Frequentemente, se eles não aprenderem na primeira explicação, uma nova explicação, usando metodologia diferente.

Nesse sentido, o educador, ao perceber e ter consciência de que a aquisição da leitura não depende apenas de aspectos visuais, mas também resulta da compreensão do que foi lido e dos sentidos atribuídos ao texto escrito com base nos conhecimentos já adquiridos pelo aluno, poderá compreender melhor do que se tratam as dificuldades de aprendizagem. Em resumo, o letramento pode fluir muito bem em contextos que envolvem crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, sendo um avanço no que diz respeito à criação de propostas inovadoras de ensino, pensando na relevância dessa ferramenta no processo de

ensino (KRIEGL, 2012).

Ao dialogar-se sobre uma educação de qualidade na contemporaneidade, torna-se necessário inserir a família nesse processo de debates, convocando-a a estar presente e ativa na vida escolar dos alunos em todos os sentidos. Nesse aspecto, ressalta-se que exista a interação entre família e escola, para que a responsabilidade da educação seja compartilhada, tendo em vista que família e escola se constituem como os primeiros grupos sociais da criança (KRIEGL, 2012).

Incluir a família no processo de formulação da proposta pedagógica pode se tornar um benefício para o desenvolvimento das ações escolares, devendo ser uma meta da escola que preza por estabilidade e harmonia quando se trata do ensino aos educandos. Atualmente, a sociedade perpassa por uma crise de valores éticos, que envolve também as instituições escolares, tendo em vista que a escola se constitui a partir das relações sociais.

Em nenhum momento da história da educação houveram tantos debates referentes à atuação de toda a comunidade escolar, ao papel dos educadores e às responsabilidades dos educandos, bem como aspectos motivacionais dos educadores, qualidade de vida no trabalho e condições propícias para a educação.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) inaugura a chamada gestão democrática nas escolas e atua para além disso. Dentre alguns avanços conquistados, pode-se citar a nova concepção de educação, sendo ampliada no sentido de configurá-la para além do ensino formal, sendo atuante também no caráter do educando.

É por esses fatores que os debates em relação ao contexto escolar tornam-se extensos e complexos, necessitando de diretrizes para sua efetivação. Os educadores e todo o corpo escolar tomam medidas e planejamentos para que os conflitos e dificuldades sejam superados para o fluir da educação.

No entanto, embora as discussões sejam necessárias, nota-se que sua efetividade decai se realizadas apenas dentro das escolas, envolvendo apenas os funcionários da instituição, como coordenação, professores e direção. Com base nisso, não existe o caráter de corresponsabilidade no desenvolvimento e execução dos planejamentos escolares, recaindo sobre a escola maior parcela de responsabilidade (KRIEGL, 2012).

Todavia, embora existam os diversos métodos aplicados aos comportamentos estudantis, hábitos comportamentais inadequados persistem no interior das salas de aula, como a indisciplina, agravando-se no decorrer do processo de ensino. Além disso, a transmissão do conhecimento reduz-se ao ensino do básico, com a qualidade prejudicada. Diante disso, tem sido necessário traçar estratégias de intervenção que instauram o limite e a disciplina no contexto de sala de aula.

(...) A primeira educação torna-se relevante em nível significativo para a formação da pessoa, podendo compará-la ao alicerce de uma construção. Depois, no decorrer de sua vida, novas experiências aumentarão a construção, relativizando o poder familiar (ROCCO, 2004, p. 13).

Esses temas necessitam motivar os sujeitos relacionados com esse processo a discutir de modo reflexivo e crítico. Para tanto, torna-se imprescindível que não se negligencie a relevância da família nesse processo de desenvolvimento e educação infantil.

É essencial que exista uma análise da sociedade contemporânea e que seja realizada a análise do modo como a família está estruturada nos tempos atuais. A comumente chamada de família tradicional, configurada em mãe, pai e filhos, domina o modelo de estruturação familiar. No entanto, é importante estar atento aos novos modelos de famílias que estão emergindo do processo de socialização e avanços sociais alcançados. Separações, novos casamentos possibilitam uma nova estruturação familiar em um mesmo espaço.

Nesse sentido, esses novos modelos familiares acabam por provocar modificações emocionais em todos os envolvidos, como sentimento de insegurança, abandono; isto é, as crianças e adolescentes envolvidos sentem as consequências dessa mudança (KRIEGL, 2012).

Além disso, a sociedade contemporânea demanda que os familiares invistam mais tempo em atividades laborais ou adotem posturas mais competitivas no mercado de trabalho, tendo em vista que as condições econômicas exigem cargos e posições mais elevadas de responsabilidade, junto a isso mais tempo investido, o que

dificulta maior interação entre familiares e filhos.

Tais aspectos podem gerar diversos sentimentos conflituosos, não somente entre pais e filhos, mas também entre o próprio casal. Nesse sentido, a escola necessita estar capacitada para compreender essas novas circunstâncias sociais que demandam estratégias de enfrentamento e resolução.

De acordo com os autores Amato e Garcia (2008), existem algumas diretrizes e bases que norteiam as práticas escolares para que seja criada e mantida uma instituição de ensino com o objetivo de formar cidadãos comprometidos, sendo a autonomia, participação, estrutura e clima organizacional algumas delas.

À vista disso, tendo como princípios essas bases, o desejo de professores comprometidos com a cidadania de seus alunos poderá vir a ser verdadeiro. Desta maneira:

As reflexões avançam, hoje, para a identificação de características que influenciam as diferentes práticas de cidadania pelo mundo afora. A estratégia para a construção de uma sociedade democrática não é única. Nesse aspecto, vale ressaltar que, atualmente, o papel da educação na preparação para a cidadania passa por uma profunda revisão. (ROCCO, 2004, p. 29).

Essa afirmação direciona sua essência ao relacionamento entre família e escola no contexto comunitário e sustenta seu posicionamento em relação à organização e prática de uma orientação que vise viabilizar de modo mais efetivo essa inter-relação. A gestão democrática deve incluir em suas ações a participação, a orientação e o respeito entre a comunidade escolar.

O início do processo de socialização e formação cidadã da criança tem sua base no ambiente familiar. O desenvolvimento da personalidade, das primeiras experiências, bem como da inserção na linguagem, ocorre no contexto familiar, sendo de responsabilidade dos envolvidos com a criança promover um espaço que viabilize uma constante ascensão educativa. Para além de apoiar os esforços

dispensados pelos pais à educação do jovem, a escola deve posicionar-se ativamente na criação de estratégias voltadas ao crescimento e ao desenvolvimento socioeducacional dos educandos e de seus próprios familiares (KRIEGL, 2012).

Nesse sentido, o contexto escolar deverá apresentar atividades que envolvam os educandos e seus familiares num processo de interação e corresponsabilidade na educação. Esse espaço não deve estar reservado à discussão de problemáticas referentes aos atrasos ou dificuldades dos educandos, mas sim para escutar e motivar todos os envolvidos num movimento realizado dentro da própria escola, como, por exemplo, festas, projetos educacionais, dentre outros.

Diante dessa realidade, a instituição escolar, por possuir aproximação com os familiares, representa um contexto social de alta relevância para o planejamento de estratégias a serem trabalhadas com a finalidade de integrar os envolvidos nesse processo educativo, de modo que sejam dadas melhores respostas aos desafios e problemáticas que venham a surgir no decorrer do ano letivo.

De acordo com Oliveira e Queiroz (2009), a escola deve utilizar todas as suas oportunidades de contato com os familiares dos alunos para difundir informações importantes sobre a instituição, como objetivos, recursos disponíveis, problemas recorrentes e sobre o planejamento pedagógico. Para os autores, é dessa forma que a família se sentirá incluída no processo educativo, assumindo sua parcela de responsabilidade.

Além disso, ao discutir sobre a vida escolar e sua relação com a sociedade, torna-se necessário citar o autor de diversas obras sobre o processo de educar, Paulo Freire (1989, p. 18), quando disserta que:

A educação sozinha não transforma a sociedade; sem ela, tampouco a sociedade muda. Se a opção é progressista, se não se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz.

Essa perspectiva sobre a educação fornece um esclarecimento do que pode ser realizado para o enfrentamento das problemáticas socioeducativas no movimento social. Atividades de caráter pedagógico podem guiar as famílias a participarem dos planejamentos e projetos que a escola destina aos educandos, sendo de suma importância que as ações direcionadas à família sejam formuladas e executadas com base nos princípios de convergência e complementaridade.

A partir do exposto, é imprescindível que o primeiro projeto seja formulado considerando problemáticas sociais tanto do contexto escolar como do âmbito familiar. Torna-se necessário que a escola busque modos de mobilizar e estruturar os educandos, familiares e comunidade, de maneira que sejam integrados os diversos espaços educacionais existentes na sociedade. Fundamentalmente necessária é a melhora da participação da família nesse contexto, na agenda escolar formulada pela legislação existente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu parágrafo único do capítulo IV (BRASIL, 1990), pode-se identificar que se tornou direito dos pais ou dos responsáveis ter o conhecimento de todo o processo educacional que envolve seus filhos, bem como participar do planejamento das propostas educacionais. Ou seja, a interação da família no contexto escolar já está prevista no referido estatuto, porém não há indícios de práticas ou fiscalização a respeito disso. A família e a escola são instituições que amparam o sujeito no seu desenvolvimento, sendo seus referenciais. Nesse sentido, caso exista maior parceria e corresponsabilidade entre essas instituições, a possibilidade de uma educação mais qualificada é maior, bem como seus resultados positivos, funcionando a partir de ações complementares.

Enfocar a participação da família nos projetos pedagógicos da escola significa destacar as ações em seu benefício e possibilitar o desenvolvimento do que está previsto em lei. A escola deve ir além da formulação de espaços que tratem de assuntos familiares ou da sua própria realidade, agindo, portanto, na sistematização de seus recursos para que os debates sejam produtivos, servindo de base para o desenvolvimento social, dando vida à prática pedagógica.

Os arquétipos tradicionais adquirem uma nova roupagem por meio da gestão democrática. Nesse sentido, uma escola de base democrática diz respeito a uma escola que pratica a cidadania, a qual prevê o desenvolvimento de cidadãos independentes, críticos e capazes de lidar com as adversidades advindas das

experiências.

Integrar a relação família e escola de modo que fique mais próxima significa formar comunidades com o objetivo de satisfazer suas próprias necessidades em relação aos educandos. Para isso, além de ter noção sobre os princípios que regem a convivência comunitária, deverá ser posto em prática por meio de relações saudáveis de convívio, com foco no crescimento da educação e evolução do processo de ensino destinado à aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, a contribuição entre essas instituições deve primar pelo desenvolvimento dos princípios da inter-relação, com a proposta de consolidá-la a partir da prática do respeito e cidadania. A família e a escola devem estar unidas no decorrer do processo educacional da criança, para que exista o pleno desenvolvimento social, cognitivo e psicológico dos educandos. A formulação e definição dos conteúdos programáticos, a metodologia e as ferramentas de avaliação necessitam da contribuição de todos os agentes escolares, em conformidade com a realidade escolar, visando à inovação e qualificação do processo de ensino. De acordo com Schmidt (2008, p. 23):

A cidadania é o espaço para a realização das pessoas. É por meio de seu exercício que a sociedade pode reassumir seus rumos, redefinir sua organização e reorganizar suas atitudes e objetivos, para que sejam voltados para o bem comum e para que se atualizem de acordo com as mudanças que vão ocorrendo.

Nessa perspectiva, é válido destacar que não se pode evitar a liberdade da escola como um local de prática social e não apenas como algo que esteja somente colocado em papéis. É preciso que sejam postas em pauta, com toda a comunidade escolar, questões sobre a importância de expor as ideias, que a escola esteja pronta para aceitar opiniões e propostas, assim como discutir quais caminhos buscam alcançar na educação. Além disso, a participação da comunidade deve ser igualitária e frequente.

Além disso, é necessário que a leitura não seja vista como uma prática que se

resume ao ato de ler livros ou textos escritos em geral. É necessário que as pessoas estejam cientes de que é preciso conseguir ter uma leitura da sociedade, pois estamos em um momento com milhões de pessoas letradas que não possuem a escrita como um referencial no dia a dia e que precisam estar inseridas nessa sociedade que, por muitas vezes, é conflituosa e cheia de preconceitos. Então, faz-se necessário que essas pessoas também sejam valorizadas.

Como resultado disso, nota-se que cada leitor possui um tempo distinto para realizar a sua leitura, que vai de acordo com os seus desejos e suas pretensões. Cada pessoa, por mais que realize a mesma leitura diversas vezes, possuirá uma maneira distinta para compreender o que leu (ROCCO, 2004). A leitura acontece por meio da comunicação que o indivíduo possui com o objeto lido, independentemente de esse objeto ser escrito, sonoro ou um gesto, dentre outros. Essa comunicação é baseada também no tempo, no ambiente, em situações vividas, além das respostas que o objeto da leitura mostra.

Sob o mesmo ponto de vista, Kriegl (2012) diz que a leitura está integrada ao cotidiano e o ato de ler é feito para diminuir as limitações que o conhecimento possui, para conseguir informações, buscar diversão, etc. A leitura acontece dentro da escola e tem continuidade fora dela; é preciso ler, pois ler é tornar a escrita em fala, é interagir e é também aprender a escrever. No âmbito escolar, é preciso mostrar aos alunos que é necessário ler, não somente para cumprir o que a escola determina, mas também como algo proveitoso que é extremamente relevante para o crescimento como aluno e como cidadão. Por isso, a práxis pedagógica deve estar voltada a um contexto múltiplo da leitura.

De acordo com Rocco (2004), a leitura é um processo que possui um dinamismo, já que, por exemplo, a leitura de um texto não significa que ela será só aprendizagem do seu significado, pois essa leitura trará também esse texto para a nossa experiência de vida e nossa perspectiva sobre o mundo. Ao identificar a leitura como algo ativo, prioriza-se o desenvolvimento de um leitor crítico.

Logo, os professores possuem uma ligação direta com a criação de bons leitores, portanto é necessário que eles dinamizem esse processo de busca do conhecimento que os alunos estão realizando por meio da leitura. É necessário que os textos que os alunos leem possuam significados para eles, que estejam inseridos em suas realidades e que contribuam para a diminuição do comportamento mecânico dentro da sala de aula, no qual o aluno apenas reproduz o que é proposto pelos livros.

O que é lido pelos alunos em outras disciplinas é menos artificial, por exemplo, do que a leitura da língua portuguesa, na qual o aluno encontra a razão dessa leitura, o porquê de retirar informações desse texto, pois está mais claro para ele (ROCCO, 2004).

Para que haja a participação dos alunos, os professores deverão colocar em sala de aula momentos abertos e flexíveis que propiciem a interação professor-aluno e, conseqüentemente, abram a interação dos alunos com o texto. Piletti (2000) considera de extrema importância a comunicação entre professor e classe, pois, a partir dela, será estabelecida uma via de mão dupla, ou seja, haverá uma troca de experiências entre professor e aluno e, assim, ambos se desenvolverão em conjunto.

Segundo Oliveira e Queiroz (2009), o entendimento de um texto é um percurso que se caracteriza pelo conhecimento adquirido previamente; o indivíduo faz uso do conhecimento que ele obteve durante a sua vida na prática da leitura. Diante da relação entre variados níveis do conhecimento linguístico, textual e o que se tem de vivências na sociedade, o leitor conseguirá dar significado ao texto.

Podemos dizer que, sem conhecimento prévio, não haverá entendimento da leitura.

O estudante conseguirá ter conhecimento de que, para realizar uma leitura, precisa de engajamento e fazer uso do conhecimento, em vez de apenas receber passivamente as informações. Tendo o conhecimento de que o conhecimento que se obtém determinará o processo da leitura e o entendimento formal que o leitor terá como base por meio do texto.

Caso a escola não esteja atendendo às necessidades apontadas para que o exercício da leitura aconteça de modo que proporcione aos alunos o desenvolvimento do interesse pela leitura, caberá à instituição propiciar melhorias em seu espaço e em sua práxis educacional, além de disponibilizar bons livros de diversos gêneros que sejam capazes de corresponder a todos os segmentos do ensino que a instituição possua.

2.2 Desafios no Processo da Leitura e Escrita

No decorrer dos anos, diversos foram os papéis atribuídos ao professor, como, por exemplo, protetor da criança, sujeito dono do saber, que configuravam a natureza do trabalho docente, que possuem relação com diversas concepções pedagógicas. No entanto, existem educadores que questionam o real papel dos profissionais docentes na atividade educativa. Alguns docentes possuem como atribuição facilitar o desenvolvimento da aprendizagem; outros afirmam que professores são responsáveis pela transmissão da cultura e do conhecimento, mas sua função primordial é garantir que o aluno tenha acesso ao conhecimento, considerando que este é o processo inicial para a criatividade. O ser humano, para se tornar criativo, necessita de conhecimentos acerca de diversos assuntos adquiridos durante seu desenvolvimento.

Uma educação formal tem como objetivo ensinar além do senso comum, proporcionar ao aluno uma aprendizagem de conhecimentos específicos, mas também básicos, com foco na compreensão da realidade que o envolve.

Para que o professor desenvolva suas atividades de ensino, é necessário ter domínio da metodologia e estratégias de ensino, elementos essenciais para o desenvolvimento do seu trabalho, focado em sua organização, bem como em sua tarefa educativa. Todo o processo de ensino deve ser planejado e organizado para a sua aplicação.

Um educador comprometido com sua profissão necessita, para além disso, de compromisso político com o desenvolvimento do seu trabalho. Nesse sentido, deve compreender a sociedade à qual pertence, com foco nas ações a serem incrementadas, domínio do campo científico e desempenho adequado à sua atividade.

O aluno em situação de repetência ou fracasso escolar possui algumas dificuldades a nível psicológico e físico, com sentimentos de incapacidade perante os demais colegas de classe. É importante que o professor fique atento a esta realidade, de maneira a promover o ensino com equidade, reintegrando os alunos com dificuldades de aprendizagem aos demais. Para além disso, todas as problemáticas escolares devem ser diagnosticadas e prevenidas a partir de dois agentes sociais desse contexto, a saber, professor e aluno. Torna-se imprescindível perceber os

pontos de dificuldades, para que toda a comunidade escolar trabalhe na minimização de tais problemas com foco no sucesso escolar.

Para o processo de aprendizagem, a motivação é necessária. A motivação pode ser classificada em interna (intrínseca), compreendida como a necessidade do indivíduo em buscar e superar desafios. Um fator importante para reforçar tal motivação é o feedback, comumente utilizado para retornar ao indivíduo pontos negativos e positivos da sua atuação, que repercute no conceito de competência que o próprio indivíduo tem sobre si mesmo, bem como suas habilidades.

Outro tipo de motivação compreende fatores externos de estímulo (extrínseco), que surgem de fora da pessoa para movimentá-la em direção aos seus objetivos, como incentivos, elogios, pagamentos, reforços. No entanto, a motivação intrínseca torna-se a mais empregada pelos indivíduos em detrimento da extrínseca.

Aplicando tais conceitos ao contexto escolar, percebe-se que motivar os comportamentos dos educandos requer tempo e estratégia específica, somados ao uso de mediação cognitiva. Ou seja, compreende o ensino de estratégias internas de motivação para o desenvolvimento do autocontrole. O professor tem como objetivo estimular ao máximo os alunos a sentir a satisfação de poder fazer as coisas, cumprir seus desejos, ajudar os outros, porque ele estará assegurando o sucesso dos alunos.

Com base nas ideias de Amato e Garcia (2008, p. 32),

A variação de metodologia possivelmente é mais crucial para os alunos que têm dificuldade em acompanhar o ritmo das aulas e que requerem um atendimento mais personalizado e maior flexibilidade.

Frequentemente, se eles não aprenderem na primeira explicação, uma nova explicação, usando metodologia diferente.

Nesse sentido, o educador, ao perceber e ter consciência de que a aquisição da leitura não depende apenas de aspectos visuais, mas também resulta da compreensão do que foi lido e dos sentidos atribuídos ao texto escrito com base nos

conhecimentos já adquiridos pelo aluno, poderá compreender melhor do que se tratam as dificuldades de aprendizagem. Em resumo, o letramento pode fluir muito bem em contextos que envolvem crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, sendo um avanço no que diz respeito à criação de propostas inovadoras de ensino, pensando na relevância dessa ferramenta no processo de ensino (KRIEGL, 2012).

Ao dialogar-se sobre uma educação de qualidade na contemporaneidade, torna-se necessário inserir a família nesse processo de debates, convocando-a a estar presente e ativa na vida escolar dos alunos em todos os sentidos. Nesse aspecto, ressalta-se que exista a interação entre família e escola, para que a responsabilidade da educação seja compartilhada, tendo em vista que família e escola se constituem como os primeiros grupos sociais da criança (KRIEGL, 2012).

Incluir a família no processo de formulação da proposta pedagógica pode se tornar um benefício para o desenvolvimento das ações escolares, devendo ser uma meta da escola que preza por uma estabilidade e harmonia quando se trata do ensino aos educandos. Atualmente, a sociedade perpassa por uma crise de valores éticos, que envolve também as instituições escolares, tendo em vista que a escola se constitui a partir das relações sociais.

Em nenhum momento da história da educação houveram tantos debates referentes à atuação de toda a comunidade escolar, ao papel dos educadores e às responsabilidades dos educandos, bem como aspectos motivacionais dos educadores, qualidade de vida no trabalho e condições propícias para a educação.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) inaugura a chamada gestão democrática nas escolas e atua para além disso. Dentre alguns avanços conquistados, pode-se citar a nova concepção de educação, sendo ampliada no sentido de configurá-la para além do ensino formal, sendo atuante também no caráter do educando.

É por esses fatores que os debates em relação ao contexto escolar tornam-se extensos e complexos, necessitando de diretrizes para sua efetivação. Os educadores e todo o corpo escolar tomam medidas e planejamentos para que os conflitos e dificuldades sejam superados para o fluir da educação.

No entanto, embora as discussões sejam necessárias, nota-se que sua efetividade decai se realizadas apenas dentro das escolas, envolvendo apenas os funcionários

da instituição, como coordenação, professores e direção. Com base nisso, não existe o caráter de corresponsabilidade no desenvolvimento e execução dos planejamentos escolares, recaindo sobre a escola maior parcela de responsabilidade (KRIEGL, 2012).

Todavia, embora existam os diversos métodos aplicados aos comportamentos estudantis, hábitos comportamentais inadequados persistem no interior das salas de aula, como a indisciplina, agravando-se no decorrer do processo de ensino. Além disso, a transmissão do conhecimento reduz-se ao ensino do básico, com a qualidade prejudicada. Diante disso, tem sido necessário traçar estratégias de intervenção que estabeleçam o limite e a disciplina no contexto de sala de aula.

(...) A primeira educação torna-se relevante em nível significativo para a formação da pessoa, podendo compará-la ao alicerce de uma construção. Depois, no decorrer de sua vida, novas experiências aumentarão a construção, relativizando o poder familiar (ROCCO, 2004, p. 13).

Esses temas necessitam motivar os sujeitos relacionados com esse processo a discutir de modo reflexivo e crítico. Para tanto, torna-se imprescindível que não se negligencie a relevância da família nesse processo de desenvolvimento e educação infantil.

Nesse sentido, é essencial que exista uma análise da sociedade contemporânea e que seja realizada a análise do modo como a família está estruturada nos tempos atuais. A comumente chamada de família tradicional, configurada em mãe, pai e filhos, domina o modelo de estruturação familiar. No entanto, é importante estar atento aos novos modelos de famílias que estão emergindo do processo de socialização e avanços sociais alcançados. Separações, novos casamentos possibilitam uma nova estruturação familiar em um mesmo espaço. Nesse sentido, esses novos modelos familiares acabam por provocar modificações emocionais em todos os envolvidos, como sentimento de insegurança, abandono; isto é, as crianças e adolescentes envolvidos sentem as consequências dessa mudança (KRIEGL, 2012).

Além disso, a sociedade contemporânea demanda que os familiares invistam mais tempo em atividades laborais ou adotem posturas mais competitivas no mercado de trabalho, tendo em vista que as condições econômicas exigem cargos e posições mais elevadas de responsabilidade, junto a isso mais tempo investido, o que dificulta maior interação entre familiares e filhos. Tais aspectos podem gerar diversos sentimentos conflituosos, não somente entre pais e filhos, mas também entre o próprio casal. Nesse sentido, a escola necessita estar capacitada para compreender essas novas circunstâncias sociais que demandam estratégias de enfrentamento e resolução.

De acordo com os autores Amato e Garcia (2008), existem algumas diretrizes e bases que norteiam as práticas escolares para que seja criada e mantida uma instituição de ensino com o objetivo de formar cidadãos comprometidos, sendo a autonomia, participação, estrutura e clima organizacional algumas delas.

À vista disso, tendo como princípios essas bases, o desejo de professores comprometidos com a cidadania de seus alunos poderá vir a ser verdadeiro. Desta maneira:

As reflexões avançam, hoje, para a identificação de características que influenciam as diferentes práticas de cidadania pelo mundo afora. A estratégia para a construção de uma sociedade democrática não é única. Nesse aspecto, vale ressaltar que, atualmente, o papel da educação na preparação para a cidadania passa por uma profunda revisão. (ROCCO, 2004, p. 29).

Essa afirmação direciona sua essência ao relacionamento entre família e escola no contexto comunitário e sustenta seu posicionamento em relação à organização e prática de uma orientação que vise viabilizar de modo mais efetivo essa inter-relação. A gestão democrática deve incluir em suas ações a participação, a orientação e o respeito entre a comunidade escolar.

O início do processo de socialização e formação cidadã da criança tem sua base no ambiente familiar. O desenvolvimento da personalidade, das primeiras

experiências, bem como da inserção na linguagem, ocorre no contexto familiar, sendo de responsabilidade dos envolvidos com a criança promover um espaço que viabilize uma constante ascensão educativa. Para além de apoiar os esforços dispensados pelos pais à educação do jovem, a escola deve posicionar-se ativamente na criação de estratégias voltadas ao crescimento e ao desenvolvimento socioeducacional dos educandos e de seus próprios familiares (KRIEGL, 2012).

Nesse sentido, o contexto escolar deverá apresentar atividades que envolvam os educandos e seus familiares num processo de interação e corresponsabilidade na educação. Esse espaço não deve estar reservado à discussão de problemáticas referentes aos atrasos ou dificuldades dos educandos, mas sim para escutar e motivar todos os envolvidos num movimento realizado dentro da própria escola, como, por exemplo, festas, projetos educacionais, dentre outros.

Diante dessa realidade, a instituição escolar, por possuir aproximação com os familiares, representa um contexto social de alta relevância para o planejamento de estratégias a serem trabalhadas com a finalidade de integrar os envolvidos nesse processo educativo, de modo que sejam dadas melhores respostas aos desafios e problemáticas que venham a surgir no decorrer do ano letivo.

De acordo com Oliveira e Queiroz (2009), a escola deve utilizar todas as suas oportunidades de contato com os familiares dos alunos para difundir informações importantes sobre a instituição, como objetivos, recursos disponíveis, problemas recorrentes e sobre o planejamento pedagógico. Para os autores, é dessa forma que a família se sentirá incluída no processo educativo, assumindo sua parcela de responsabilidade.

Além disso, ao discutir sobre a vida escolar e sua relação com a sociedade, torna-se necessário citar o autor de diversas obras sobre o processo de educar, Paulo Freire (1989, p. 18), quando disserta que:

A educação sozinha não transforma a sociedade; sem ela, tampouco a sociedade muda. Se a opção é progressista, se não se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se

tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz.

Essa perspectiva sobre a educação fornece um esclarecimento do que pode ser realizado para o enfrentamento das problemáticas socioeducativas no movimento social. Atividades de caráter pedagógico podem guiar as famílias a participarem dos planejamentos e projetos que a escola destina aos educandos, sendo de suma importância que as ações direcionadas à família sejam formuladas e executadas com base nos princípios de convergência e complementaridade.

A partir do exposto, é imprescindível que o primeiro projeto seja formulado considerando problemáticas sociais tanto do contexto escolar como do âmbito familiar. Torna-se necessário que a escola busque modos de mobilizar e estruturar os educandos, familiares e comunidade, de maneira que sejam integrados os diversos espaços educacionais existentes na sociedade. Fundamentalmente necessária é a melhora da participação da família nesse contexto, na agenda escolar formulada pela legislação existente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu parágrafo único do capítulo IV (BRASIL, 1990), pode-se identificar que se tornou direito dos pais ou dos responsáveis ter o conhecimento de todo o processo educacional que envolve seus filhos, bem como participar do planejamento das propostas educacionais.

Ou seja, a interação da família no contexto escolar já está prevista no referido estatuto, porém não há indícios de práticas ou fiscalização a respeito disso. A família e a escola são instituições que amparam o sujeito no seu desenvolvimento, sendo seus referenciais. Nesse sentido, caso exista maior parceria e corresponsabilidade entre essas instituições, a possibilidade de uma educação mais qualificada é maior, bem como seus resultados positivos, funcionando a partir de ações complementares.

Enfocar a participação da família nos projetos pedagógicos da escola significa destacar as ações em seu benefício e possibilitar o desenvolvimento do que está previsto em lei. A escola deve ir além da formulação de espaços que tratem de assuntos familiares ou da sua própria realidade, agindo, portanto, na sistematização de seus recursos para que os debates sejam produtivos, servindo de base para o

desenvolvimento social, dando vida à prática pedagógica.

Os arquétipos tradicionais adquirem uma nova roupagem por meio da gestão democrática. Nesse sentido, uma escola de base democrática diz respeito a uma escola que pratica a cidadania, a qual prevê o desenvolvimento de cidadãos independentes, críticos e capazes de lidar com as adversidades advindas das experiências.

Integrar a relação família e escola de modo que fique mais próxima significa formar comunidades com o objetivo de satisfazer suas próprias necessidades em relação aos educandos. Para isso, além de ter noção sobre os princípios que regem a convivência comunitária, deverá ser posto em prática por meio de relações saudáveis de convívio, com foco no crescimento da educação e evolução do processo de ensino destinado à aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, a contribuição entre essas instituições deve primar pelo desenvolvimento dos princípios da inter-relação, com a proposta de consolidá-la a partir da prática do respeito e cidadania. A família e a escola devem estar unidas no decorrer do processo educacional da criança, para que exista o pleno desenvolvimento social, cognitivo e psicológico dos educandos. A formulação e definição dos conteúdos programáticos, a metodologia e as ferramentas de avaliação necessitam da contribuição de todos os agentes escolares, em conformidade com a realidade escolar, visando à inovação e qualificação do processo de ensino. De acordo com Schmidt (2008, p. 23):

A cidadania é o espaço para a realização das pessoas. É por meio de seu exercício que a sociedade pode reassumir seus rumos, redefinir sua organização e reorganizar suas atitudes e objetivos, para que sejam voltados para o bem comum e para que se atualizem de acordo com as mudanças que vão ocorrendo.

Nessa perspectiva, é válido destacar que não se pode evitar a liberdade da escola como um local de prática social e não apenas como algo que esteja somente colocado em papéis. É preciso que sejam postas em pauta, com toda a comunidade

escolar, questões sobre a importância de expor as ideias, que a escola esteja pronta para aceitar opiniões e propostas, assim como discutir quais caminhos buscam alcançar na educação. Além disso, a participação da comunidade deve ser igualitária e frequente.

Além disso, é necessário que a leitura não seja vista como uma prática que se resume ao ato de ler livros ou textos escritos em geral. É necessário que as pessoas estejam cientes de que é preciso conseguir ter uma leitura da sociedade, pois estamos em um momento com milhões de pessoas letradas que não possuem a escrita como um referencial no dia a dia e que precisam estar inseridas nessa sociedade que, por muitas vezes, é conflituosa e cheia de preconceitos. Então, faz-se necessário que essas pessoas também sejam valorizadas.

Como resultado disso, nota-se que cada leitor possui um tempo distinto para realizar a sua leitura, que vai de acordo com os seus desejos e suas pretensões. Cada pessoa, por mais que realize a mesma leitura diversas vezes, possuirá uma maneira distinta para compreender o que leu (ROCCO, 2004). A leitura acontece por meio da comunicação que o indivíduo possui com o objeto lido, independentemente de esse objeto ser escrito, sonoro ou um gesto, dentre outros. Essa comunicação é baseada também no tempo, no ambiente, em situações vividas, além das respostas que o objeto da leitura mostra.

Sob o mesmo ponto de vista, Kriegl (2012) diz que a leitura está integrada ao cotidiano e o ato de ler é feito para diminuir as limitações que o conhecimento possui, para conseguir informações, buscar diversão, etc. A leitura acontece dentro da escola e tem continuidade fora dela; é preciso ler, pois ler é tornar a escrita em fala, é interagir e é também aprender a escrever. No âmbito escolar, é preciso mostrar aos alunos que é necessário ler, não somente para cumprir o que a escola determina, mas também como algo proveitoso que é extremamente relevante para o crescimento como aluno e como cidadão. Por isso, a práxis pedagógica deve estar voltada a um contexto múltiplo da leitura.

De acordo com Rocco (2004), a leitura é um processo que possui um dinamismo, já que, por exemplo, a leitura de um texto não significa que ela será só aprendizagem do seu significado, pois essa leitura trará também esse texto para a nossa experiência de vida e nossa perspectiva sobre o mundo. Ao identificar a leitura como algo ativo, prioriza-se o desenvolvimento de um leitor crítico.

Logo, os professores possuem uma ligação direta com a criação de bons leitores,

portanto é necessário que eles dinamizem esse processo de busca do conhecimento que os alunos estão realizando por meio da leitura. É necessário que os textos que os alunos leem possuam significados para eles, que estejam inseridos em suas realidades e que contribuam para a diminuição do comportamento mecânico dentro da sala de aula, no qual o aluno apenas reproduz o que é proposto pelos livros.

O que é lido pelos alunos em outras disciplinas é menos artificial, por exemplo, do que a leitura da língua portuguesa, na qual o aluno encontra a razão dessa leitura, o porquê de retirar informações desse texto, pois está mais claro para ele (ROCCO, 2004).

Para que haja a participação dos alunos, os professores deverão colocar em sala de aula momentos abertos e flexíveis que propiciem a interação professor-aluno e, conseqüentemente, abram a interação dos alunos com o texto. Piletti (2000) considera de extrema importância a comunicação entre professor e classe, pois a partir dela será estabelecida uma via de mão dupla, ou seja, haverá uma troca de experiências entre professor e aluno e assim ambos se desenvolverão em conjunto.

Segundo Oliveira e Queiroz (2009), o entendimento de um texto é um percurso que se caracteriza pelo conhecimento adquirido previamente; o indivíduo faz uso do conhecimento que ele obteve durante a sua vida na prática da leitura. Diante da relação entre variados níveis do conhecimento linguístico, textual e o que se tem de vivências na sociedade, o leitor conseguirá dar significado ao texto.

Podemos dizer que, sem conhecimento prévio, não haverá entendimento da leitura. O estudante conseguirá ter conhecimento de que, para realizar uma leitura, precisa de engajamento e fazer uso do conhecimento, ao invés de apenas receber passivamente as informações. Tendo o conhecimento de que o conhecimento que se obtém determinará o processo da leitura e o entendimento formal que o leitor terá como base por meio do texto.

Caso a escola não esteja atendendo às necessidades apontadas para que o exercício da leitura aconteça de modo que proporcione aos alunos o desenvolvimento do interesse pela leitura, caberá à instituição propiciar melhorias em seu espaço e em sua práxis educacional, além de disponibilizar bons livros de diversos gêneros que sejam capazes de corresponder a todos os segmentos do ensino que a instituição possua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que a escola, enquanto instituição formadora, busque efetivar práticas que viabilizem uma didática voltada à apropriação da leitura pelos alunos, uma vez que, ao desenvolverem dificuldades nessa área, todo o processo de ensino e aprendizagem poderá ser comprometido em outras disciplinas, uma vez que saber ler e compreender o texto é requisito primordial para a aquisição de conhecimento.

Outro fator igualmente apontado pelos autores como essencial na aquisição da leitura nos anos finais do ensino fundamental trata da participação da família no processo educativo, de modo que podem ocorrer implicações negativas evidenciadas na capacidade de apropriação da leitura se a família não promover o hábito em casa e na escola, e se não participar de maneira efetiva do desenvolvimento da criança.

O professor, sendo agente mediador do processo cognitivo, possui a premissa de elaborar e efetivar metodologias que sejam capazes de promover a habilidade de ler e interpretar entre seus alunos. Para tanto, é preciso que sua formação contemple aspectos múltiplos da aprendizagem infantil, que saiba trabalhar com projetos, com a ludicidade, com a aproximação da família e com a proposta pedagógica que a escola oferece.

Não como a criança firmar uma aprendizagem qualitativa e realmente relevante para seu futuro em sociedade se não se apropriar da leitura já nos primeiros anos do ensino fundamental. É preciso refletir sobre vários aspectos inerentes à qualidade do ensino e à formação infantil, que estão ligados ao processo de alfabetização, às práticas educativas e ao trabalho da escola de forma colaborativa com a família.

Ficou evidenciado, a partir dessa pesquisa bibliográfica, que a leitura é essencial; entretanto, é preciso repensar o processo educativo, a questão curricular docente, as metodologias e a interação entre família e escola para que seja possível efetivar propostas pedagógicas capazes de fomentar verdadeiro aprendizado infantil.

Assim, considera-se que a abordagem delineada neste trabalho se torna relevante por propor tais reflexões e por servir de escopo teórico para que outras produções acadêmicas sobre o tema sejam produzidas. Além disso, torna-se elemento

colaborador ao conhecimento de professores o quanto a leitura é fundamental e como é preciso que repensemos nossa práxis de maneira reflexiva.

REFERÊNCIAS:

CARDOSO, Giane Carrera; PELOZO, Rita de Cássia Borguetti. **A importância da leitura na formação do indivíduo**. Editora FAEF, Revista Científica Eletrônica de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas de Garça. Ano V – Número 09 – Janeiro de 2007, Garça/SP. Disponível em: <http://www.revista.inf>. Acesso em 12/12/2017.

CARLETI, Rosilene Callegari. **A leitura: um desafio atual na busca de uma educação globalizada**. ES, 2007; disponível em <http://www.univen.edu.br/revista>. Acesso em 12/04/2022.

DELMANTO, Dileta. **A leitura em sala de aula**. Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro. Ano III. N.º 7. 2009. Disponível em: www.construirnoticias.com.br. Acesso em 12/04/2022.

DINORAH; Maria. **O Livro Infantil e a Formação do Leitor**. Petrópolis: Vozes, 2015.

DUTRA, Vânia L. R. **Abordagem funcional da leitura - Dislexia**. Anais do VII Congresso

Internacional da Abralín. Curitiba, 2011. Disponível em: www.abralin.org. Acesso em 12/04/2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Eduardo de. **Dislexia**. Canal do Educador. 2009. Disponível em: <http://educador.brasilescola.com>. Acesso em 12/04/2022.

KRIEGL, Maria de Lourdes de Souza. **Leitura: um desafio sempre atual**. Revista PEC, Curitiba. 2012.

MARCONI, M.; LAKATOS, P.S. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Papirus, 2007.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique. QUEIROZ, Cristina Maria de. **Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes**. RN, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em 12/04/2022.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **A importância da leitura na sociedade contemporânea e o papel da escola nesse contexto**. Série Ideias nº 13. São Paulo:

FDE, 2004. Disponível em <http://leituraensinofundamental.blogspot.com>. Acesso em 12/04/2022.

SCHMIDT, Cassiane. **A leitura no contexto escolar**. Gaspar, SC, SC.2008. Disponível em: www.overmundo.com.br. Acesso em 12/04/2022.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O Ato de Ler**. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**
Revista

Pátio, n. 29, fevereiro de 2004.